


## PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL: ANÁLISE EM BASE DE DADOS MULTIDISCIPLINAR<sup>1</sup>

Recebido em: 29/08/2020

Aprovado em: 17/05/2021

Licença: 

*Bruno David Rodrigues Neca*<sup>2</sup>

*Daniella Tschöke Santana*<sup>3</sup>

*Simone Rechia*<sup>4</sup>

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Curitiba – PR – Brasil

**RESUMO:** A produção acadêmica no campo do Lazer é uma área de conhecimento que contribui para o desenvolvimento de políticas públicas. Assim, este artigo como objetivo investigar a produção científica sobre Políticas Públicas de Lazer, no contexto brasileiro, a partir de uma base de dados multidisciplinar. Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática e análise bibliométrica, a partir do repositório digital *Scopus* (*Elsevier*) e o programa *VOSViewer* para análise. Constatou-se que as principais pesquisas e periódicos no campo selecionado, na área das Ciências Sociais, são derivadas do subcampo da Educação Física. De maneira geral, os artigos que tratam do subtema categorizado “programas” de lazer, discutem sobre as desinvestimento e descontinuidades em tais políticas públicas; e sugerem mais investimento na formação dos agentes, em todo ciclo político, ampliando a compreensão do lazer na política e na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atividades de lazer. Política pública de lazer. Programas de lazer.

### KNOWLEDGE PRODUCTION OF LEISURE PUBLIC POLICIES IN BRAZIL: A MULTIDISCIPLINARY DATABASE ANALYSIS

<sup>1</sup> Fonte de financiamento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

<sup>2</sup> Doutorando na linha de pesquisa sobre Linguagem, Corpo e Estética (Licores), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2019-2022). Mestre em Educação Física pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da UFPR (2017-2019). Graduado em Marketing pela Universidade Positivo. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Lazer e Cidade (Geplec). Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física pela UFPR (2015-2020).

<sup>3</sup> Doutoranda na linha de pesquisa Aspectos Socioculturais do Esporte e Lazer, do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR (2017-2021). Mestre em Educação Física pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR (2016). Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física pela UFPR (2014, 2017). Professora da Rede Municipal de Ensino de Curitiba e integrante do Geplec, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone Rechia.

<sup>4</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG. Professora titular na da UFPR e coordenadora do Geplec. Possui Mestrado em Educação pela PUC/PR, doutorado pela UNICAMP e Pós-Doutorado pelo Instituto Nacional de Educação Física da Catalunha (Barcelona/Espanha) e Universidade de Aveiro (Aveiro/Portugal).

**ABSTRACT:** The academic production in the field of Leisure is an area of knowledge that contributes to the development of public policies. Thus, this manuscript aims to investigate the scientific production on Leisure Public Policies, in the Brazilian context, from a multidisciplinary database. To that end, a systematic review and a bibliometric analysis were performed, using the Scopus (Elsevier) database. It was found that the main research and periodicals in the field of Leisure Public Policies, in the area of Social Sciences, are derived from the Physical Education subfield. In general, the articles dealing with the sub-theme categorized “leisure programs”, discuss divestment and discontinuities in such public policies; and suggest more investment in the training of agents, throughout the policy cycle, expanding the understanding of leisure in the polity and in society.

**KEYWORDS:** Leisure activities. Leisure public policy. Leisure programs.

## **Introdução**

O lazer é um fenômeno tipicamente moderno (MASCARENHAS, 2003), que emergiu a partir do processo de industrialização da sociedade nos países desenvolvidos e pelo processo de urbanização nos países subdesenvolvidos (BRUHNS, 1997). Segundo os autores citados, a crítica ao modo de produção capitalista e as constantes lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho (dentre elas a redução da carga horária), em 1930, através das leis sociais trabalhistas, contribuíram para o aumento do tempo livre e conseqüentemente do tempo de lazer no Brasil.

Neste cenário, os estudos iniciais articulavam uma compreensão teórica que perpassava pela noção de lazer enquanto meio para recuperar as forças despendidas no tempo de trabalho ou ainda enquanto um conjunto de atividades realizadas em um tempo disponível, que auxiliavam no processo de moralização dos seus participantes (forma de ordem e segurança social) integrando uma perspectiva funcionalista do lazer (BRUHNS, 1997; MASCARENHAS, 2003).

A inclusão do Lazer na Constituição Brasileira de 1988, garantindo-o enquanto direito social, contribuiu para reforçar a importância do tema e legitimá-lo. O artigo 6º do documento dispõe:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, **o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição [...] (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Assim, torna-se relevante compreender o lazer como direito social “elemento constitucional, portanto, público, que visa a garantia de direitos fundamentais da vida de cada sujeito e da coletividade, em condições de igualdade” (RECHIA *et al.*, 2015, p.227-228).

Desta forma, o lazer torna-se também um dos campos de intervenção e atuação do poder público, assumindo a condição de política pública, na qual o Estado tem o dever de fomentar e incentivar, como forma de promoção social.

Vale salientar que, para Queiroz (2009), as políticas públicas existem não só na forma de leis e decretos, mas também de planos, programas e ações governamentais, envolvendo processos e resultados em articulação à sociedade civil organizada, com a finalidade de atender as necessidades dos cidadãos, buscando minimizar as desigualdades sociais, solucionar problemas da sociedade e/ou garantir direitos sustentados pela Constituição.

Para além de melhorar a capacidade de resposta do poder público a estas demandas sociais, as políticas públicas também podem ser incentivadoras da cidadania, instrumentos definidores das condições de inclusão de cidadãos na comunidade (FLEURY, 2003).

Souza (2006) aponta as políticas públicas como campo do conhecimento que analisa, transforma e concretiza os propósitos eleitorais em programas e ações que visam produzir resultados e mudanças reais na sociedade. Tais políticas são formulada a partir dos planos e implementadas como programas, bases de dados ou sistema de

informação e pesquisa, e devem ser submetidas a um sistema de acompanhamento e avaliação, durante este ciclo político.

Araújo e Rodrigues (2017, p.12) tratam o ciclo político, ou *policy cycle*, como todo o processo de desenvolvimento das políticas públicas, desde da definição do problema, passando pelo agendamento, formulação de medidas de política e legitimação da decisão, implementação, envolvendo uma constante avaliação para identificação e realização de mudanças necessárias.

Assim, é importante refletir sobre o papel do Estado e como deve agir no desenvolvimento de políticas públicas, com objetivo de garantir a concretização dos direitos sociais para a população.

O reconhecimento do Lazer na Constituição o coloca como “objeto desejável de uma política de Estado, não só como política de governo” (AMARAL, 2018), considerando que

Política de Estado é aquela implementada por meio de debate e votação no Poder Legislativo, desdobrada em leis que não podem ser descumpridas pelos diferentes governos. Política de governo é aquela implementada pela vontade do governante eleito, como um programa de sua gestão, que ao cessar a gestão pode deixar de existir (AMARAL, 2018, p.45).

Entretanto, o que se verifica comumente é que o lazer vem sendo garantido por meio das políticas de governo ou via outras legislações, uma vez que não possui na Carta Magna, a exemplo de outros direitos (como saúde e educação), orientações mais específicas ou descrição de diretrizes, orçamento e formas de implementação (AMARAL, 2018).

O início do desenvolvimento histórico mundial do lazer enquanto área de conhecimento, que contribui para a compreensão, discussão e elaboração de políticas públicas, ocorre por volta das décadas de 60 e 70, e as iniciativas protagonistas neste

processo foram de sociólogos europeus, principalmente franceses e ingleses, como Georges Friedmann, Joffre Dumazedier, Robert Park (DIAS *et al.* 2017).

No Brasil, apontamentos sobre o tema lazer podem ser encontrados em diversas fontes, no entanto, foi a partir da década de 70 que se inicia uma organização sistemática da área. Nesse sentido, segundo Dias *et al.* (2017), o Serviço Social do Comércio (Sesc) desempenhou papel essencial ao trazer as ideias de Dumazedier para o Brasil (fazendo “escola” e influenciando os estudos nacionais), além de organizar cursos, conferências, bibliotecas e publicações, contribuindo na disseminação da área e na qualificação de profissionais e pesquisadores, contudo, ainda numa visão funcionalista do lazer.

Em contraposição à esta perspectiva funcionalista, o viés crítico do lazer reconhece seu fim em si mesmo (RECHIA *et al.*, 2015). Esta perspectiva engloba as questões do descanso e da diversão, mas agrega às discussões o desenvolvimento humano, da personalidade, revelando o caráter emancipatório das vivências de lazer e sua potencialidade enquanto tempo e espaço privilegiado para a promoção de transformações sociais, como possibilidade de qualificação das ações do ser humano.

Na contemporaneidade, observa-se que o campo científico do lazer tem se expandido e consolidando-se, caracterizado também pela multidisciplinaridade. Um indício é o crescimento do número de grupos de pesquisa que investigam o tema. Realizando uma busca do termo “lazer” no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a consulta parametrizada mostrou a existência de 106 grupos cadastrados que possuem tal termo em seus nomes.

Além disso, disciplinas de graduação ou linhas de pesquisa de Programas de Pós-Graduação vem inserindo a temática do lazer em suas discussões. Hoje no Brasil a

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), possui o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, que apresenta cursos nos níveis de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado e se dedica especificamente a “discutir, investigar e suscitar questões sobre o lazer, considerando especialmente suas interfaces com a cultura e a educação” (PPGIEL, 2018).

Além disso, a realização de eventos e a existência de periódicos científicos especializados mostram que é crescente o grau de difusão da produção acadêmica neste campo. O Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL, desde 1989) e o Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL), que a partir de 2014 substituiu o Seminário o Lazer em Debate (criado em 2000), e as revistas *Licere* e a Revista Brasileira de Estudos do Lazer (RBEL), ligada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Lazer, constituem alguns exemplos.

Com relação à produção científica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, Starepravo (2011) aponta ser uma história relativamente curta, em torno de 25 anos. Ao analisar a relação entre os subcampos científico/acadêmico e político/burocrático na área das políticas públicas do esporte e lazer, o autor constata que há uma desarticulação entre estes subcampos, mas afirma que uma aproximação estrutural traria avanços a ambos:

[...] uma aproximação estrutural dos subcampos pode fazer com que o subcampo científico/acadêmico amadureça seus procedimentos de pesquisa, consolide definitivamente esse espaço social, e passe a produzir com maior qualidade e compromisso com a realidade social. Já o subcampo político/burocrático poderá, respaldado no conhecimento científico, avançar a promover rupturas no *habitus* estritamente empirista e permeado por práticas não condizentes com o espaço público moderno, prosseguindo inclusive em mudanças como a efetiva participação popular e de grupos organizados (STAREPRAVO, 2011, p. 320).

Mesmo com trajetória recente, três elementos principais contribuíram para a consolidação das pesquisas nacionais em Políticas Públicas em Esporte e Lazer, relacionadas principalmente à existência de duas instituições importantes para a área, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) (com a constituição do Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas) e o Ministério do Esporte. Somado a isso, está o fato de o país ter sediado dois grandes megaeventos esportivos, a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas Rio 2016 (ROJO *et al.*, 2016).

Considerando a importância do conhecimento científico enquanto “um espaço fundamental para a pretensa mudança nas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil” (STAREPRAVO, 2011, p. 321), investigações sobre o desenvolvimento da produção científica e a organização deste campo de conhecimento são relevantes.

Neste sentido, este artigo se propõe a investigar como está se desenvolvendo a produção científica em relação às Políticas Públicas de Lazer (PPL) no contexto brasileiro a partir de uma base de dados multidisciplinar, buscando elucidar autores, periódicos e temas predominantes. Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática dos artigos com a temática predominante encontrada. Estrutura-se esclarecendo inicialmente os aspectos metodológicos da pesquisa. Em seguida, são apresentados os resultados obtidos, a partir de uma análise bibliométrica. Após a realização deste panorama, os artigos encontrados foram categorizados em subtemas. Por fim, foi realizada uma análise dos artigos com a temática predominante encontrada.

## **Metodologia**

Visando atender os objetivos propostos, este manuscrito utilizou como método de pesquisa a revisão sistemática e a análise bibliométrica de artigos indexados no repositório digital *Scopus* (*Elsevier*). Esta base de dados foi selecionada pelo seu caráter

multidisciplinar, por apresentar citações de literatura científica revisada por pares<sup>5</sup> e por abranger uma gama significativa de periódicos indexados.

Os termos inseridos na busca foram *leisure* AND *policy*<sup>6</sup>, contidos especificamente nas palavras-chave dos documentos. Foram encontrados inicialmente 671 registros. Destes, foram selecionados os documentos da área de conhecimento das Ciências Sociais, sendo obtidos 222 resultados. Como o objetivo é analisar a produção científica nacional neste contexto, a busca foi limitada aos documentos cujo país indicado era o Brasil, obtendo 27 documentos. Como último critério de inclusão foram selecionados os documentos do tipo artigo (24 registros) por se tratar atualmente do meio mais amplamente utilizado para difusão do conhecimento científico produzido. A figura 1 ilustra resumidamente estes procedimentos<sup>7</sup>.

---

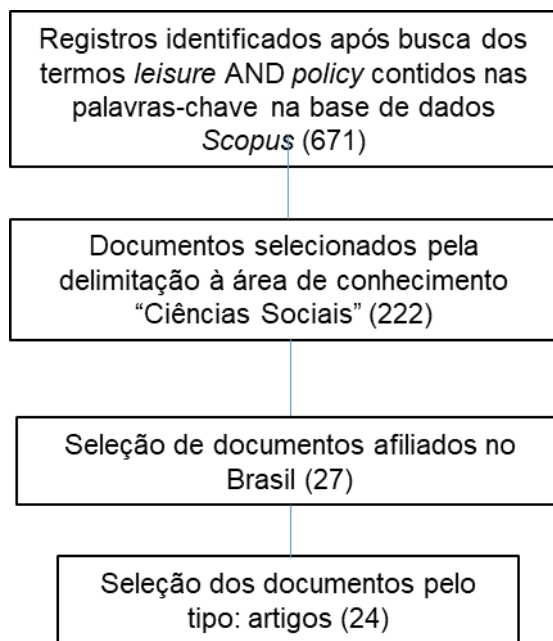
<sup>5</sup> Corroborar-se com Jenal *et al.* (2012) quando afirmam que a revisão por pares é parte integrante do processo de construção do conhecimento científico. Trata-se de processo no qual especialistas que não participaram do estudo avaliam a pesquisa a ser potencialmente publicada em vários aspectos, tais como competência na escrita, originalidade do tema, recursos metodológicos, sustentação teórica, resultados obtidos, etc. Esta forma de avaliação, mesmo apresentando algumas limitações, tem o intuito de qualificar as pesquisas e “as evidências vêm mostrando que os artigos publicados em revistas que adotam a avaliação por pares para editoração são metodologicamente de qualidade superior em relação aos artigos de revistas que não se utilizam do processo” (JENAL *et al.*, 2012, p.803).

<sup>6</sup> Como se trata da análise da produção do conhecimento sobre lazer e políticas públicas no cenário nacional, realizamos a busca também com os termos em português, “lazer” AND “políticas públicas” (Title-Abs-Key (Lazer and Políticas And Públicas) and ( Limit-To ( Affilcountry , "Brazil" ) ) and ( Limit-To ( Doctype , "Ar" ) ) and ( Limit-To ( Subjarea , "Soci" ) ) ). Após a aplicação dos mesmos filtros obteve-se 1 artigo, o qual já se encontrava no *corpus* dos artigos obtidos por meio da aplicação dos termos na língua inglesa.

<sup>7</sup> Dados referentes às obras indexadas até 13 de fevereiro de 2019. Percurso realizado para a seleção dos documentos na base *Scopus*: Key (Leisure And Policy) and ( Limit-To ( Subjarea , "Soci" ) ) and ( Limit-To ( Affilcountry , "Brazil" ) ) and ( Limit-To ( Doctype , "Ar" ) ) ).



**Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos documentos relacionados às políticas públicas e lazer, obtidos a partir da base de dados Scopus até 13/02/2019**



Fonte: elaboração dos autores

A partir dos 24 artigos resultantes, foi realizada uma análise bibliométrica dos dados, investigando a dinâmica deste campo de estudo e indicadores da produção do conhecimento, como por exemplo, os principais autores e relações que estabelecem entre si, temas de estudo, periódicos de referência, nas condições estabelecidas nesta pesquisa. Utilizou-se o software *VOSViewer* versão 1.6.8 como ferramenta de análise para facilitar a visualização das possíveis redes e interações formadas.

Após leitura dos respectivos títulos e resumos, os artigos foram categorizados nos seguintes subtemas: espaço de lazer, gênero, gestão, inclusão, produção do conhecimento e programa de lazer. Destes, foram selecionados para a realização da revisão e análise de conteúdo os artigos categorizados no subtema com o maior número de produções.

## **Resultados e Discussões**

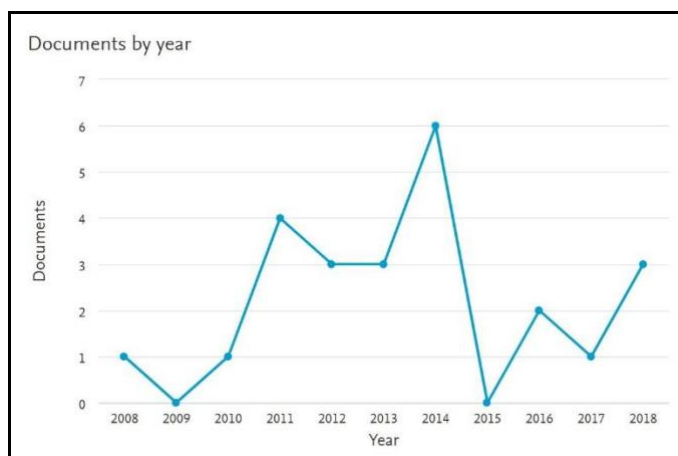
Esta seção está organizada em dois momentos. Inicialmente é realizada a análise bibliométrica, buscando identificar o cenário da produção do conhecimento na perspectiva da base multidisciplinar utilizada para a obtenção dos dados a respeito do tema das políticas públicas de lazer. Em seguida, é apresentada a categorização dos artigos e análise daqueles de temática predominante.

### **Análise Bibliométrica dos Dados**

Com relação a quantidade anuais de documentos publicados neste tema verifica-se que, a partir dos critérios de busca estabelecidos, os anos das publicações variam entre 2008 e 2018 e que não há um padrão linear ou constante de crescimento. O ano de 2014 foi o ano com o maior número de publicações (6) (FIGURA 2).

Amaral (2018) nota que crescem os estudos sobre a temática das políticas públicas de lazer no Brasil desde a década de 1990 e início do século XXI. Os dados obtidos no contexto desta pesquisa corroboram com esta asserção, mas também indicam que as publicações na área são recentes e ainda em processo de consolidação.

**Figura 2: Número de documentos publicados por ano**



Fonte: Elaborado a partir da base de dados Scopus com base nos filtros aplicados

A maior parte das publicações se concentra em afiliações localizadas no eixo Sul-Sudeste do Brasil, com destaque para as Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM). Os autores Fernando Augusto Starepravo (UEM) e Silvia Cristina Franco do Amaral (Unicamp) foram os pesquisadores que mais publicaram neste período, com cinco e três artigos, respectivamente.

Em relação aos periódicos, a tabela 1 mostra o número de publicações em cada periódico encontrado. Verifica-se que a Revista Movimento foi a que mais publicou neste tema (11), seguida da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (04), Motriz (4) e a Revista da Educação Física (2), pertencentes ao campo da Educação Física. A Revista Saúde e Sociedade aborda temas relacionados à Saúde Pública e a *World Leisure Journal* é a que mais aproxima-se do campo do Lazer.

A Revista Movimento, observando a classificação do Qualis-Periódicos CAPES 2013-2016<sup>8</sup> disponíveis no *WebQualis*, figura entre as poucas revistas no estrato A2 cujo escopo abrange publicações com esta temática e que aceitam artigos na língua portuguesa, elementos que podem justificar o número expressivo de publicações nesta revista. Além disso, pode demonstrar a busca dos autores em qualificar suas produções e divulgá-las em revistas de estratos mais elevados.

**Tabela 1: Número de publicações por periódico**

PERIÓDICOS	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
Revista Movimento	11
Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)	04
Motriz	04
World Leisure Journal	2

<sup>8</sup> Trata-se de um sistema “usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos”, esta classificação é realizada por responsáveis das diferentes áreas de avaliação. Uma lista dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção é elaborada e divulgada via aplicativo *WebQualis* (CAPES, 2019).

Revista da Educação Física	2
Saúde e Sociedade	1

Fonte: elaboração própria

Embora a busca tenha sido realizada em uma base dados multidisciplinar, percebe-se o predomínio de publicações em revistas voltadas principalmente à área da Educação Física, corroborando com o mapeamento da produção científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer elaborado por Rojo *et al.* (2019) que, embora tenham elegido outras fontes de dados, também encontraram apenas dois periódicos não diretamente relacionados à Educação Física. Além disso, as produções relacionadas às Políticas Públicas de Lazer se revelam plurais pela sua disseminação em periódicos de escopos também diversificados.

O lazer enquanto tema transversal pode abranger outras áreas de conhecimento como, por exemplo, o turismo e hotelaria, a antropologia, sociologia, dentre outras. Na década de 70 o lazer foi se constituindo enquanto forma de educar a sociedade, assumindo o caráter de instrumento de disciplina e organização e, segundo Marcellino *et al.* (2007, p.12),

Ao aproximar as propostas de lazer de valores e interesses relacionados à saúde, à moral e à higiene, a área logo se aproximou das discussões vinculadas à Educação Física, o que justifica em grande parte a presença maciça dos profissionais desta área, até os dias de hoje, no âmbito do lazer.

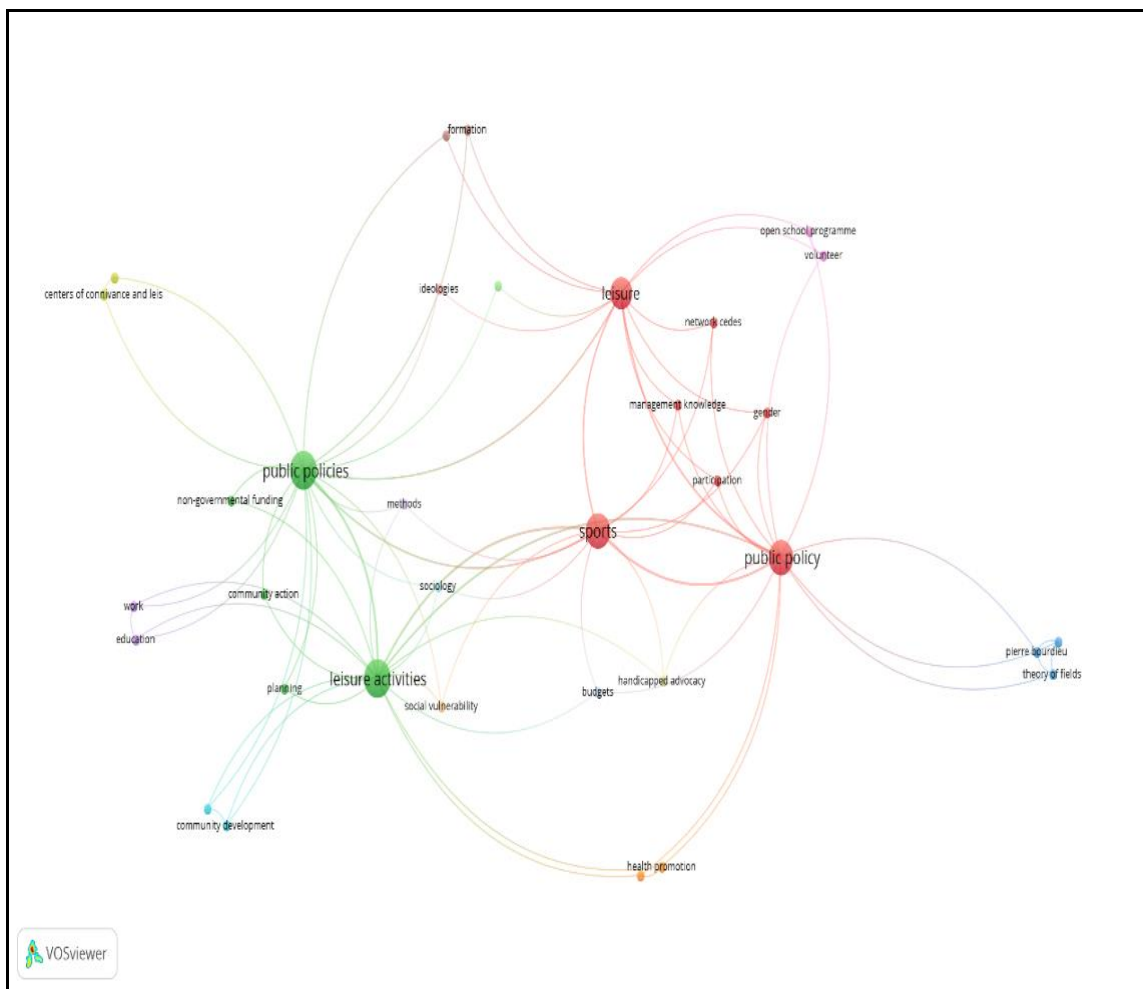
Para este projeto de elaboração de mecanismos que promovessem um uso mais “adequado” do “tempo livre” (Marcellino *et al.*, 2007), buscando transformar, exercitar e cuidar do corpo, foi necessário pensar a formação dos profissionais dessa área que começava a se constituir e “[...] tal discurso, logo encontrou ressonância com os ideais defendidos pela Educação Física da época, o que culminou com o oferecimento de

disciplinas de Recreação nos cursos de nível superior da área” (MARCELLINO *et al.*, 2007, p. 15).

Além da formação profissional, a formulação de políticas públicas que pudessem dar conta das transformações almeçadas também começa a ser pensada. Se a Educação Física foi a área considerada apta para isso e se os mais comumente envolvidos são estes profissionais, a tendência é que mais experiências sejam geradas e compartilhadas e, como consequência, a disseminação destes conhecimentos tende a ser mais voltada para a área.

Ao analisar as palavras-chave utilizadas nos artigos que compuseram o *corpus* do estudo, verificou-se que dois *clusters* principais se desmembram a partir de cinco palavras chaves: atividades de lazer (*leisure activities*) e políticas públicas (*public policies*); esporte (*sports*), lazer (*leisure*) e política pública (*public policy*) (FIGURA 03).

**Figura 3: Rede de palavras-chave dos documentos obtidos na Scopus**



Fonte: VOS Viewer - elaboração dos autores a partir da base de dados Scopus

A existência das palavras-chave *leisure* e *policy* já era esperada (Figura 3), uma vez que elas nortearam a busca pelos artigos na base e não foram excluídas no momento de formação da rede. O que se verifica é que elas apresentam algumas variações. À palavra *leisure* somou-se *activities* e à *policy* se agregou a palavra *public*. A palavra *leisure* aparece mais conectada com temas como a Rede Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (CEDES), gestão do conhecimento, gênero, formação.

Em outro *cluster* aparece a palavra *leisure* associada à *activities*, ligadas a temas como vulnerabilidade social, planejamento, ação comunitária. Isto sugere que há tendências diferentes em abordar o lazer em relação às políticas públicas, com perspectivas mais voltadas às atividades e a atuação prática nas comunidades, e outras

mais direcionadas aos aspectos formativos e da produção do conhecimento. É possível também que a palavra *public* esteja relacionada ao termo *policy*, em função das pesquisas concentrarem seus esforços principalmente nas análises de políticas elaboradas por instituições públicas governamentais (nos âmbitos municipal, estadual ou nacional).

A palavra *sports* aparece de forma significativa nos trabalhos, pela questão anteriormente abordada da relação histórica as práticas corporais, especialmente o esporte, estabelece com o lazer, uma vez que muitos programas específicos da área são financiados a partir do orçamento do Ministério do Esporte e muitos governos estaduais e municipais seguem esta tendência de associação esporte-lazer por meio de suas Secretarias de Esporte e Lazer. Por isso, é comum a interligação tanto orçamentária quanto na produção do conhecimento das áreas, já que as análises englobam ambas.

A partir de cada *cluster*, também é possível analisar o desmembramento de temas como gênero e formação que perpassam as políticas públicas de lazer. Isto porque o lazer é um tema transversal e um fenômeno sociocultural no qual, segundo Rechia (2017) perpassam questões políticas, identitárias e de socialização.

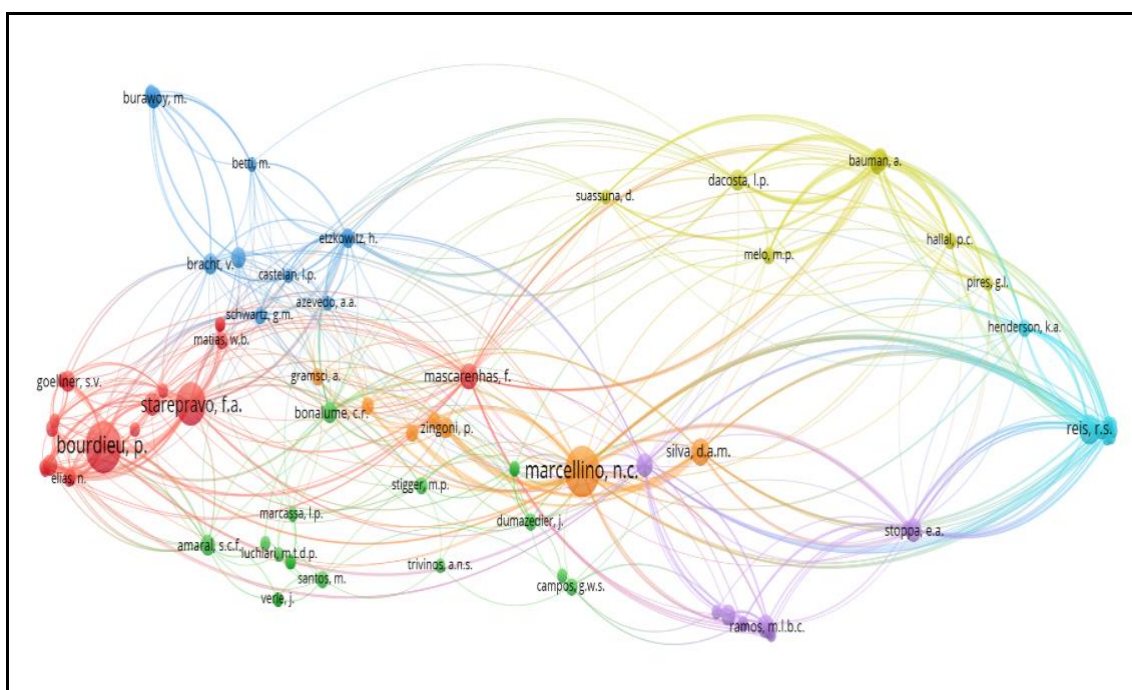
Com relação às citações, buscou-se identificar a gama de autores citados no mínimo duas vezes neste conjunto específico de trabalhos (FIGURA 5). Os variados *clusters* demonstram a existência de uma amplitude de vertentes teóricas que sustentam as pesquisas no âmbito das PPL. Entretanto, verificou-se que Starepravo, Bourdieu e Marcellino são os autores em comum mais utilizados nestas pesquisas (FIGURA 4). Isto possivelmente acontece porque Starepravo, como informado pelo autor em seu Currículo Lattes<sup>9</sup>, dedica seus estudos especialmente às políticas públicas de esporte e lazer e seus diferentes temas (Estado, esporte, sociologia, políticas públicas, esporte

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5763073227935698>.

universitário e lazer), também coordenando um grupo de pesquisa na área (Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer - GEPPOL). Já Bourdieu figura neste cenário a partir de suas contribuições teóricas principalmente relacionadas à Teoria dos Campos e *habitus*, utilizada como referencial teórico junto com Norbert Elias por Starepravo para compreensão histórica e propor metodologias de análise de PPL. Por fim, Marcellino representa a referência relacionada ao fenômeno do Lazer, nos seus aspectos históricos, conceituais e referentes à formação profissional.

**Figura 5: Rede de autores citados no mínimo duas vezes nos estudos investigados**

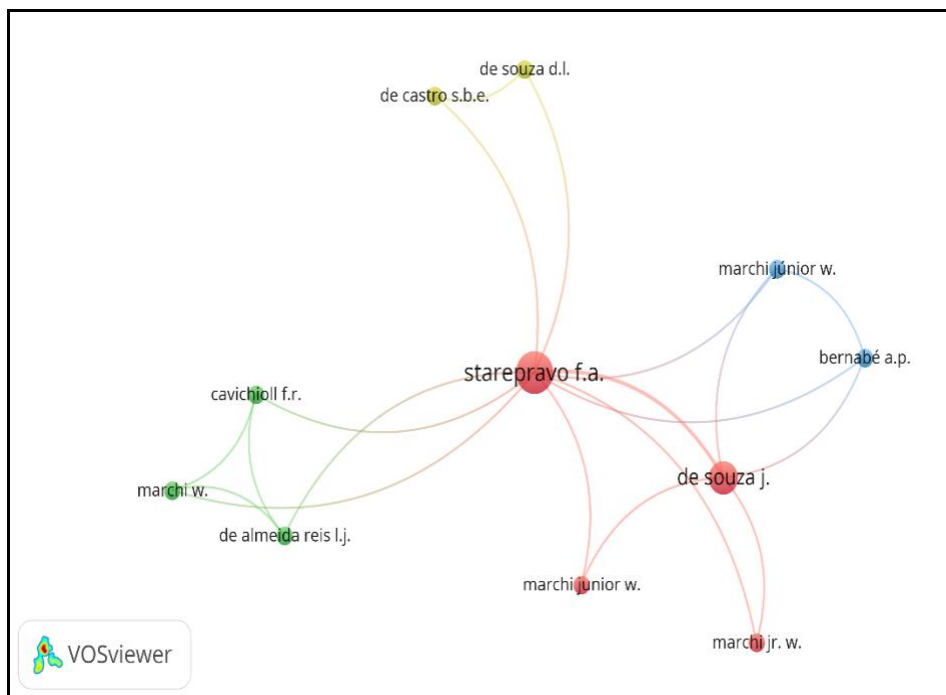


Fonte: VOS Viewer - elaboração dos autores a partir da base de dados Scopus

Em relação à co-autoria dos artigos, foram encontrados 4 *clusters* de co-autores, sendo o autor Starepravo o principal elo entre os diferentes *clusters* (FIGURA 6), o que indica que o autor se mostra atuante na produção científica neste campo em redes de colaboração. Também quatro publicações associam Starepravo à Wanderley Marchi Júnior, pelo vínculo da orientação no processo de doutoramento (ROJO *et al.*, 2019).



**Figura 6: Coautoria dos artigos relacionados às políticas públicas de lazer**



Fonte: VOS Viewer - elaboração dos autores a partir da base de dados Scopus

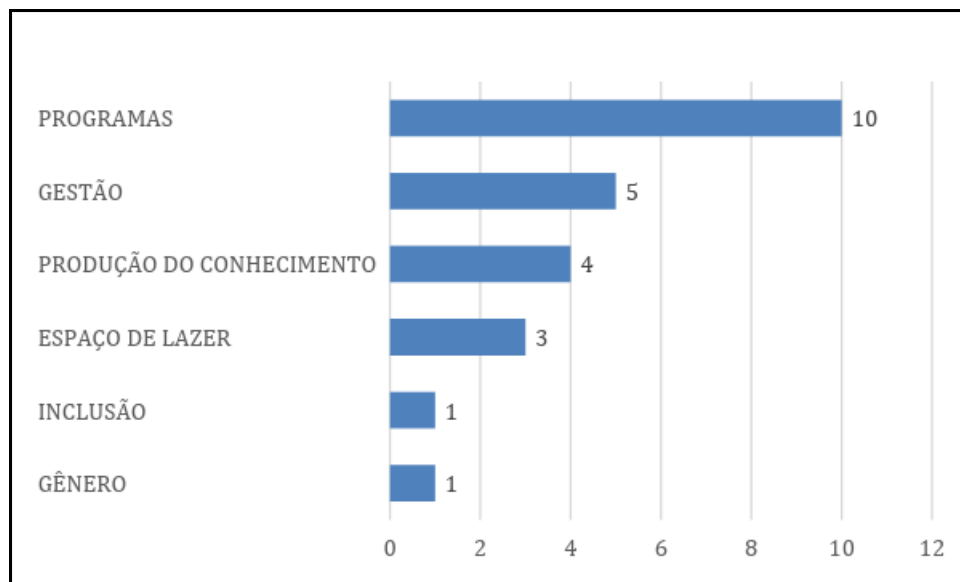
Esta sessão realizou um breve mapeamento em relação aos periódicos e autores envolvidos na produção do conhecimento em Políticas Públicas de Lazer no âmbito nacional e suas possíveis relações. O tópico a seguir trata da categorização dos artigos encontrados nos procedimentos desta pesquisa em subtemas e analisa as produções do subtema predominante encontrado.

### **Categorização e Revisão dos Artigos de Subtema Predominante**

Visando uma análise mais densa de algumas produções acadêmicas sobre PPL, os artigos que compõem o *corpus* de investigação foram categorizados e agrupados por aproximação do objeto central de estudo e os subtemas abordados, a partir da leitura dos seus títulos e resumos.

Categorizou-se as abordagens das Políticas Públicas de Lazer e seis subtemas foram identificados nas produções: espaços de lazer (3), gênero (1), gestão (5), inclusão (1), produção do conhecimento (4) e programas (10) (GRÁFICO 01)<sup>10</sup>.

**Gráfico 01: Categorização dos artigos sobre PPL indexados na base de dados Scopus por subtema abordado**



Fonte: elaboração própria, a partir da base de dados Scopus

O Quadro 01 apresenta a relação dos artigos encontrados indexados na base Scopus categorizados nestes subtemas. Observou-se que o tema mais abordado nestes artigos foram os classificados como *Programa*, ou seja, abordam o tema das PPL a partir da análise de variáveis relacionadas aos programas de lazer nos níveis federal, estadual ou municipal.

<sup>10</sup> Espaços de lazer (SILVA *et al.*, 2016; RIBEIRO *et al.*, 2014; TSCHÖKE *et al.*, 2011), gênero (WERLE, SARAIVA, 2013), gestão (AMARAL, COSTA, 2012; STOPPA *et al.*, 2011; WERLE, 2010; AMARAL, 2008; RIBEIRO, AMARAL, 2016), inclusão (CARAVAGE, OLIVER, 2018), produção do conhecimento (STAREPRAVO *et al.*, 2011, 2013; TAVARES, SCHWARTZ, 2014; ALVES *et al.*, 2012) e programas (STAREPRAVO *et al.*, 2014, 2018; CASTRO *et al.*, 2018; FORELL, STIGGER, 2017; SILVA *et al.*, 2014; LOPES, ISAYAMA, 2014; WARSCHAUER, CARVALHO, 2014; REIS *et al.*, 2013; ALMEIDA, SILVA, 2012; COSTA *et al.*, 2011).

**Quadro 01: Categorização dos artigos por tema**

ARTIGO	AUTORES	PERIÓDICO/ANO	TEMA
Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer	Emília Amélia Pinto Costa da Silva / Priscilla Pinto Costa da Silva / Leonardo dos Santos Oliveira / Ana Raquel Mendes dos Santos / Simone Rechia / Clara Maria Silvestre Monteiro de Freitas	Revista Brasileira de Ciências do Esporte V. 38, n. 3, 1 Julho 2016	Espaço De Lazer
Sociologia pública e as praias cariocas: A praia é de todos?	Carlos Henrique De Vasconcellos Ribeiro / Erik Giuseppe Barbosa Pereira / Vanessa Silva Pontes / Jorge Moreira	Revista Movimento V. 20, n. 1, 2014	Espaço De Lazer
As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: Uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação de espaços públicos	Aline Tschöke / Simone Rechia / Karine do Rocio Vieira dos Santos / Flávia Gonzaga Lopes Vieira / Luize Moro	Revista Movimento V. 17, n. 1, 2011	Espaço De Lazer
As relações de gênero na Fundação Municipal de Esporte de Florianópolis: Políticas genéricas, atendimento generificado	Verônica Werle / Maria Do Carmo Oliveira Saraiva	Revista Movimento V. 19, n. 3, 2013	Gênero
Possibilidades de matricialidade na administração pública do lazer	Sílvia Cristina Franco Amaral / Eduardo Tadeu Costa	Revista Movimento V. 18, n. 1, 2012	Gestão
Políticas públicas de lazer e a metodologia da ação comunitária	Edmur Antonio Stoppa / Nelson Carvalho Marcellino / Débora Alice Mac Hado da Silva	Motriz. Revista de Educação Física V. 17, n. 3, Julho 2011	Gestão
Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer	Verônica Werle	Motriz. Revista de Educação Física V. 16, n. 1, Janeiro 2010	Gestão
<i>Public leisure policies in Porto Alegre, Brazil: From representative democracy to participative democracy</i>	Sílvia Cristina Franco Amaral	World Leisure Journal V. 50, n. 2, 2008	Gestão
Entre o lazer esportivo participativo e ambiental e o lazer turístico - As políticas públicas de lazer em Brotas/SP	Olívia Cristina Ferreira Ribeiro / Sílvia Cristina Franco Amaral	Revista Movimento V. 22, n. 1, Janeiro-Março 2016	Gestão
Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência	Andresa Caravage / Fátima Corrêa Oliver	Revista Movimento Volume 24, n. 3, Julho-Setembro 2018	Inclusão
Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e em Portugal: a gestão do conhecimento em foco	Giselle Helena Tavares / Gisele Maria Schwartz	Revista da Educação Física V. 25, n. 4, 2014	Produção Do Conhecimento
Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: Uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu	Fernando Augusto Starepravo / Juliano de Souza / Wanderley Marchi Júnior	Revista Brasileira de Ciências do Esporte V. 35, n. 3, Julho-Setembro 2013	Produção Do Conhecimento
Lazer, políticas públicas não governamentais e estudos conceituais, na revista Licere	Cathia Alves / Débora Alice Mac Hado da Silva / Karina Sarto / Nelson Carvalho Marcellino	Revista da Educação Física V. 23, n. 2, 2012	Produção Do Conhecimento
Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise	Fernando Augusto Starepravo / Juliano de Souza / Wanderley Marchi Júnior	Revista Movimento V. 17, n. 3, 2011	Produção Do Conhecimento
Programa “esporte e lazer da cidade”: Onde o político/burocrático e o científico/ acadêmico se encontram?	Fernando Augusto Starepravo / Juliano de Souza / Andressa Pelloi Bernabé / Wanderley Marchi Júnior	Revista Movimento v. 24, n. 1, Janeiro-Março 2018	<b>Programa</b>
Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória - ES	Dirceu Santos Silva / Carlos Nazareno Ferreira Borges / André De Deus Roeldes	Revista Brasileira de Ciências do Esporte V. 36, n. 3, 1 Julho 2014	<b>Programa</b>

E assim criou-se a rede: Aspectos técnicos, políticos e epistemológicos envolvidos na criação e desenvolvimento da rede CEDES	Fernando Augusto Starepravo / Leoncio José De Almeida Reis / Fernando Renato Cavichioli / Wanderley Marchi Júnior	Revista Movimento V. 20, n. 1, 2014	<b>Programa</b>
Trabalho voluntário em políticas públicas sociais de esporte e lazer: uma análise a partir de casos do Programa Escola Aberta	Leandro Forell / Marco Paulo Stigger	Revista Brasileira de Ciências do Esporte V. 39, n. 1, 1 Janeiro 2017	<b>Programa</b>
O planejamento do "recreio nas Férias" na cidade Paulista de Americana	Nayara Torre de Almeida / Débora Alice Machado da Silva	Motriz. Revista de Educação Física V. 18, n. 2, April 2012	<b>Programa</b>
O lazer eclipsado: Registros sobre o programa "Escola Aberta"	Jonatas Maia da Costa / Fernando Mascarenhas / Ingrid Dittrich Wiggers	Motriz. Revista de Educação Física V. 17, n. 4, Outubro 2011	<b>Programa</b>
O conceito "Intersetorialidade": Contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP	Yara Maria De Carvalho / Marcos Warschauer	Saúde e Sociedade V. 23, n. 1, 2014	<b>Programa</b>
Programa "esporte e lazer da cidade": Uma análise da composição orçamentária (2004-2011)	Suelen Barbosa Eiras de Castro / Fernando Augusto Starepravo / Doralice Lange de Souza	Revista Movimento v. 24, n. 2, Abril-junho, 2018	<b>Programa</b>
Intervenção do profissional de educação física, gestão intersetorial e territorialidade: o caso do programa BH cidadania	Carolina Gontijo Lopes / Hélder Ferreira Isayama	Revista Movimento V. 20, n. 3, Julho-Setembro 2014	<b>Programa</b>
<i>Public policies and sports in marginalised communities: The case of Cidade de Deus, Rio de Janeiro, Brazil</i>	Ariane Carvalhedo Reis / Fabiana Rodrigues De Sousa-Mast / Marcelo Carvalho Vieira	<i>World Leisure Journal</i> V. 55, n. 3, 1 Setembro 2013	<b>Programa</b>

Fonte: elaboração própria, a partir da base de dados *Scopus*

### **Revisão das Publicações Categorizadas como Programas de Lazer**

Tendo em vista que os artigos do subtema *Programas* constituem o maior número de produções relacionadas ao tema políticas públicas de lazer, estes artigos foram revisados com o objetivo de identificar os objetivos, as metodologias utilizadas e os cenários dos programas de lazer investigados.

#### **Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: Onde o Político/Burocrático e o Científico/ Acadêmico se Encontram?**

Este estudo, publicado na Revista Movimento (2018), foi desenvolvido por Fernando Augusto Starepravo, Juliano de Souza e Andressa Peli Bernabé - pesquisadores residentes da Universidade Estadual de Maringá, e Wanderley Marchi Júnior, da Universidade Federal do Paraná. Os autores utilizaram entrevistas e

questionários como instrumentos, partindo dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociologia Reflexiva e da Teoria os Campos de Pierre Bourdieu (STAREPRAVO *et al.*, 2018).

O objetivo do artigo foi identificar como “o subcampo político/burocrático de esporte e lazer (representado aqui pelo Programa de Esporte e Lazer da Cidade - PELC) tem se apropriado da produção do subcampo científico/acadêmico que discute as políticas públicas de esporte e lazer” (STAREPRAVO *et al.*, 2018, p.25).

Esta produção analisa o PELC, cujo objetivo é

suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas (MINISTÉRIO DO ESPORTE, *s/d apud* STAREPRAVO *et al.*, 2018, p.24).

Os autores compreendem haver falta de diálogo entre os subcampos político e científico, o que dificulta a implantação e efetividade das políticas públicas de lazer e esporte. Neste cenário, desenvolve-se políticas públicas que não vão ao encontro das necessidades sociais investigadas pela academia. Assim, através da análise de entrevistas com agentes de ambos os subcampos, os autores constataram que a produção do conhecimento da Rede Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Cedes) foi sempre na tentativa de articular teoria e prática, formando gestores para atender as necessidades da sociedade a partir da intersecção dos dois subcampos.

Todavia, os autores concluem que “a produção da Rede Cedes tem sido pouco incorporada pelos agentes que fazem parte do PELC Projeto Social [...] a produção da Rede Cedes não tem subsidiado as políticas públicas municipais e estaduais de esporte e lazer no Brasil” (STAREPRAVO *et al.*, 2018, p.27). Pelos dados advindos dos questionários, os autores constataram que a maior dificuldade em sustentar as políticas públicas de lazer a partir da produção do conhecimento é a resistência dos agentes do

campo político/burocrático em relação ao próprio conhecimento científico. Assim, as ações dos agentes sem um capital cultural mínimo necessário para compreensão da amplitude do lazer enquanto um fenômeno sociocultural dificulta políticas públicas sociais menos funcionalistas.

Starepravo *et al.* (2018) propõe então algumas estratégias que poderiam aproximar a ciência e a política, com o objetivo de qualificar as políticas públicas do lazer, como por exemplo reaproximar pesquisadores da Rede Cedes dos gestores dos núcleos do PELC; reunir os agentes do PELC e sensibilizar para a reflexão teórico-prática científica/política, evitando assim a falta de diálogo entre estes subcampos.

### **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: O Processo de Formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória - ES**

Este artigo, publicado na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (2014), que também fez sua análise a partir do PELC, foi desenvolvido por Dirceu Santos Silva - Universidade de Campinas/SP, Carlos Nazareno Ferreira Borges e André de Deus Roeldes, da Universidade Federal do Espírito Santo/ES.

O objetivo foi discutir a experiência formativa do PELC, analisando a vigência desta política pública e o processo de formação dos agentes sociais participantes. A pesquisa, de abordagem qualitativa, tinha objetivos descritivo-analíticos, utilizando-se de análise documental, observação direta e entrevistas semi-estruturadas, analisadas através da Análise de Conteúdo.

Esta pesquisa concluiu que o programa não se efetivou enquanto uma política de formação continuada para agentes que trabalham com o lazer. Segundo os autores, o PELC “não conseguiu atender o processo de formação dos agentes sociais, nem as recomendações das diretrizes nacionais do programa. Além disso, há uma

descontinuidade dos agentes sociais do primeiro para o segundo convênio do programa no município” (SILVA *et al.*, 2014, p.640).

### **E Assim Criou-se a Rede: Aspectos Técnicos, Políticos e Epistemológicos Envolvidos na Criação e Desenvolvimento da Rede Cedes**

Neste artigo, publicado na Revista Movimento (2014), Fernando Augusto Starepravo, da Universidade Estadual de Maringá; Leoncio José de Almeida Reis, Fernando Renato Cavichioli e Wanderley Marchi Jr., da Universidade Federal do Paraná, buscam analisar aspectos técnicos, políticos e epistemológicos relacionados ao surgimento e desenvolvimento da Rede Cedes no Brasil. Utilizando como instrumentos de pesquisa documentos, publicações e entrevistas de gestores envolvidos na Rede, tratando-os por meio da Análise de Conteúdo de Bardin e Análise de Discurso de Bourdieu, tendo como referência teórica para construção da argumentação a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu.

A Rede Cedes é uma política pública de governo criada para fomentar a discussão e debate teórico entre os subcampos político e acadêmico que envolveu agentes políticos chaves no desenvolvimento de PPL e instituições de ensino superior.

Apesar das inconsistências financeiras encontradas nos balanços, os autores concluem que a Rede teve um marco político significativo para o campo do lazer e do esporte. O programa se caracterizou por etapas distintas e não lineares, todavia a relação entre os campos político e acadêmico serviu para qualificar a pesquisa e atuação nas políticas públicas brasileiras. Para tanto, os autores sugerem a manutenção e ampliação constante da Rede, a mobilização de agentes de ambos os subcampos a fim de superar as descontinuidades das ações do programa (STAREPRAVO *et al.*, 2014).

*Trabalho voluntário em políticas públicas sociais de esporte e lazer: uma análise a partir de casos do programa Escola Aberta.*

O artigo proposto por Leandro Forell, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), e Marco Paulo Stigger, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), publicado na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (2017), analisa os significados do trabalho voluntário a partir do programa Escola Aberta, um programa cujo objetivo é utilizar os espaços da escola aos finais de semana para proporcionar à população vivências no âmbito do lazer a partir da mão de obra de trabalhadores voluntários. De maneira qualitativa, utilizaram-se de dados coletados a partir de pesquisa documental, diário de campo e entrevistas semiestruturadas, com posterior triangulação dos dados para responder às inquietações da pesquisa.

Os autores compreendem que o lazer como um direito social é pensado a partir de políticas públicas devido a sua natureza benéfica aos indivíduos e à sociedade. Por isso, as PPL devem refletir sobre os agentes políticos e sociais e suas interações, visando qualificar e potencializar as possibilidades de implantação. O artigo se propõe analisar esta política pública a partir dos recursos humanos e dos sentidos e significados que o trabalho voluntário representa para o programa, para o Estado, para a sociedade e para o próprio trabalhador.

Os autores concluíram que a política pública repassa, através de um projeto sistematizado, a responsabilidade de oferecer experiências no âmbito do lazer à comunidade para o próprio cidadão, que se dispõe em multiplicar o conhecimento que tem. Consideram que, desta forma, apesar de ser uma oportunidade de ampliar o acesso à cultura para uma comunidade, tal situação demonstra-se como precarização do trabalho e do programa. Alertam que é necessário que as PPL sejam bem estruturadas e com objetivos e metodologias bem definidos, visando não precarizar o trabalho do



profissional do lazer e do esporte, muito menos aceitar a horizontalidade sem uma profundidade e qualidade no trabalho prestado por profissionais.

### **O Planejamento do “Recreio nas Férias” na Cidade Paulista de Americana**

Este artigo, publicado na Revista Motriz (2012), por Nayara Torre de Almeida e Débora Alice Machado da Silva, ambas integrantes do Grupo Práxis, da Faculdade Americana/SP, relata a experiência do processo de planejamento e implementação do projeto “Recreio nas Férias”<sup>11</sup> em um dos núcleos do Programa Segundo Tempo, localizado no bairro Vila Jones na cidade Paulista de Americana.

As autoras, conversando com a literatura, buscam situar como é compreendido o projeto na sua região de estudo e em seguida descrevem o processo de planejamento e implementação deste projeto (formação de pessoal, diagnóstico, elaboração de temas geradores, objetivos, equipe envolvida, atividades programadas, execução do programa, procedimentos avaliativos).

Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, complementada com os documentos e registros pessoais, as autoras aproximam e confrontam os processos conduzidos na experiência deste projeto com referenciais que buscam compreender o lazer como uma das possibilidades de vivência do lúdico e construção da cidadania, indagando se o lazer poderia assumir outro papel senão este “ocupacional”, historicamente observado nas políticas de esporte e lazer voltadas às classes populares.

As autoras concluem que “no campo das políticas públicas, ainda permanece a visão histórica que tende a tratar o lazer como ocupação do tempo ocioso” (ALMEIDA;

---

<sup>11</sup> O Projeto “Recreio nas Férias” é uma iniciativa do Ministério do Esporte, implantada em 2009 com o objetivo de, no período de férias escolares, oferecer às crianças e adolescentes participantes do programa, opções de esporte e lazer (e.g., atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas) que “preenchem o seu tempo livre de forma prazerosa e ao mesmo tempo construtiva” (BRASIL, 2010 *apud* ALMEIDA; SILVA, 2012).

SILVA, 2012, p. 401), e afirmam que ainda levará algum tempo para superar determinadas perspectivas históricas em relação às políticas de esporte e lazer, mas que a reflexão e crítica da própria prática é uma oportunidade de compartilhar experiências e contribuir de alguma forma com o processo de democratização do esporte e lazer como direitos sociais.

### **O Lazer Eclipsado: Registros sobre o Programa “Escola Aberta”**

Neste artigo, elaborado por Joana Maia da Costa - da Universidade Federal de Goiás/GO, Fernando Mascarenhas e Ingrid Dittrich Wiggers - Universidade de Brasília/DF, publicado na Revista Motriz (2011), abordam uma experiência do programa “Escola Aberta”<sup>12</sup> realizada na Região Administrativa do Itapoã (DF), buscando identificar as suas principais características e destacar aspectos que se referem ao lugar que o lazer ocuparia na proposta em ação.

A partir de uma abordagem qualitativa, por meio de análise documental e observação de campo, os autores apresentam uma caracterização do programa Escola Aberta e da região analisada, considerada de vulnerabilidade social. Na sequência, realizam uma revisão conceitual, envolvendo a relação entre política, educação, escola e lazer, que antecede a discussão dos dados mais significativos referentes ao desenvolvimento do programa, buscando ao final interpretar o lugar que o lazer ocupa nessa política em ação.

---

<sup>12</sup> O programa Escola Aberta é política coordenada pelo Ministério da Educação, e incentiva e apóia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecidas aos estudantes e à população do entorno (BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16739-programa-escola-aberta>>. Acesso em 01.04.2020).

A realidade particular investigada produziu uma lógica invertida que, segundo os autores, gerou o “eclipse do lazer”, pois percebeu-se que as carências da população local por emprego e renda produzem efeito instrumental sobre as oficinas realizadas durante o programa, e as atividades voltadas à aprendizagem de ofícios tendem a subordinar as experiências de lazer, limitando a identidade do programa. Os autores observaram um descompasso entre a proposta pedagógica formulada para o Escola Aberta (crítico emancipatória) e seu efetivo desenvolvimento na escola (instrumental).

Os autores concluem que

Políticas educacionais, culturais, esportivas e de lazer devem abranger a problemática do tempo livre, o que requer, sob uma visão intersetorial, políticas voltadas ao trabalho, à geração de emprego e renda, bem como à delimitação da jornada. Ademais, demandam ações direcionadas à distribuição, gestão e utilização dos equipamentos públicos, ao transporte urbano, à segurança, à saúde, ao meio ambiente, etc. Tais ações, sobretudo, devem ser formuladas, planejadas, avaliadas e guiadas por uma racionalidade coletiva e sob controle democrático, baseadas nos interesses legítimos da cidadania exercidos na relação entre Estado e sociedade (COSTA *et al.*, 2011, p.577).

### **O Conceito "Intersetorialidade": Contribuições ao Debate a Partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP**

O objetivo deste artigo, publicado na revista Saúde e Sociedade (2014), por Marcos Warschauer e Yara Maria de Carvalho, da Universidade de São Paulo, é problematizar o conceito de “intersetorialidade”, a partir de uma análise do Programa Lazer e Saúde, planejado e implementado pela Secretaria de Saúde e Secretaria de Esporte e Lazer da cidade de Santo André, entre 2007 e 2009. Este programa visa “Proporcionar à população uma melhor qualidade de vida, promovendo atividades corporais voltadas à promoção da saúde” (BRASIL, 2006 *apud* WARSCHAUER; CARVALHO, 2014, p.194).

Os achados de pesquisa, obtidos por meio de entrevistas com os gestores e observações sistemáticas, analisadas a partir de categorias analíticas, apontaram para a fragilidade da ação intersetorial no programa, e evidenciaram que as dificuldades são também objeto de discussão e enfrentamento ressaltados na literatura acadêmica. Nesse sentido, o estudo chama a atenção para cinco dificuldades da ação intersetorial que devem ser levadas em consideração na elaboração de projetos e programas desta natureza: “complementaridade entre setorialidade e intersetorialidade; necessidade de caracterizar o contexto; pactuação e alinhamento em relação a conceitos, objetivos, diretrizes, metas e avaliação dos projetos, programas e políticas; constituição de redes de trabalho e comunicação entre os diversos atores” (WARSCHAUER; CARVALHO, 2014, p.191).

### **Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: Uma Análise da Composição Orçamentária (2004-2011)**

Neste artigo, publicado na Revista Movimento (2018), sob a autoria de Suélen Barboza Eiras de Castro, Doralice Lange de Souza, ambas da Universidade Federal do Paraná, e Fernando Augusto Starepravo, da Universidade Estadual de Maringá, analisam a composição orçamentária do programa “Esporte e Lazer da Cidade” no decorrer dos processos de elaboração e execução orçamentária de 2004 a 2011.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem quantitativa e exploratória, com base em dados do portal “Siga Brasil”, os quais foram categorizados e analisados a partir dos *softwares Microsoft Office Excel* (versão 2007) e *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) (versão 22).

Castro *et al.* (2018, p.384) apontam que “a distribuição dos recursos orçamentários se estabelece a partir de um processo dinâmico e complexo que envolve,

especialmente, os poderes Executivo e Legislativo” e enfatizam a importância do financiamento na atuação do Estado sobre a sociedade.

Identificando o montante de recursos destinados ao PELC e sua representatividade no orçamento do Ministério do Esporte, a distribuição destes recursos entre as ações propostas pelo programa, as alterações no orçamento durante o processo orçamentário e as prioridades orçamentárias estabelecidas pelo PELC, os autores concluíram que embora tenha tido um dos menores orçamentos, foi o programa que somou o maior volume de recursos, em grande parte obtido via emendas parlamentares. Estes recursos foram destinados prioritariamente na implantação de infraestrutura esportiva no país em detrimento da proposição de atividades esportivas do programa.

### **Intervenção do Profissional de Educação Física, Gestão Intersetorial e Territorialidade: O Caso do Programa BH Cidadania**

Este estudo, publicado na Revista Movimento (2014), foi desenvolvido por Carolina Gontijo Lopes, da Universidade de Coimbra (Portugal) e Hélder Ferreira Isayama, da Universidade Federal de Minas Gerais. Os autores analisaram a intervenção de Profissionais de Educação Física em gestões baseadas na intersectorialidade no território atendido pelo programa BH Cidadania, na cidade de Belo Horizonte.

Por meio de abordagem qualitativa, utilizando-se de observações participantes do trabalho diário do profissional, entrevistas semi-estruturadas e documentos do programa, foram estudados os analistas técnicos que atuam articulando as políticas da Secretaria Municipal de Esporte e o programa BH Cidadania. Os dados coletados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo.

O programa da Secretaria Municipal de Política Social de BH interconecta políticas sociais em saúde, educação, serviço social, habitação, esporte e lazer em

unidades integradas de intervenção em territórios específicos (definidos por meio de indicadores sociais), e segundo os autores, atingiu seus objetivos ao atender as famílias dos territórios de vulnerabilidade social (LOPES; ISAYAMA, 2014).

Os autores concluem que para trabalhar com a complexidade daqueles territórios, os profissionais lidam com questões de mobilização comunitária; abertura a práticas participativas; trabalho em equipe; reconhecimento do conhecimento de diferentes profissionais e o público. Verificam que a gestão do programa analisado é consistente com seus objetivos, mas que os caminhos trilhados perpassam as questões da pobreza e dos conflitos de interesse entre as diversas partes (governo, técnicos, população), além das dificuldades em envolver os diferentes representantes locais. Também notam que a natureza motivacional das políticas de esporte e lazer é crucial para o processo de conscientização da comunidade e que o profissional é essencial para fortalecer o tecido social, mas que este processo depende do reconhecimento ou não da atuação do profissional de Educação Física (LOPES; ISAYAMA, 2014).

### **Public Policies and Sports in Marginalised Communities: The Case of Cidade de Deus, Rio de Janeiro, Brazil**

Publicado no *World Leisure Journal* (2013), o texto de Arianne C. Reis, da Escola de Turismo e Hotelaria da *Southern Cross University* (Australia), Fabiana R. Sousa-Mast, do Instituto de Ciências do Exercício e da Saúde da *University of Basel*, (Suíça), e Marcelo Carvalho Vieira, do Centro de Cardiologia e Exercício, Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro (Brasil), tem por objetivo investigar o esporte participação no Brasil no contexto de investimentos significativos em megaeventos esportivos, envolvendo uma análise dos projetos e programas de esporte e atividade física apoiados pelo governo federal brasileiro na comunidade da Cidade de

Deus, uma das favelas mais densamente povoadas do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo de caso que, para análise, comparou dados secundários, experiências pessoais e observações sistematizadas.

Foram identificados três programas federais desenvolvidos no local de estudo e que visam promover a prática física e esportiva: o Programa Segundo Tempo, o PELC/Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania e a Academia na Praça. Os autores categorizaram os dois primeiros como “diversão” ou “pró desenvolvimento social”, enquanto o terceiro estaria mais relacionado a uma abordagem pragmática de melhoria da aptidão física e saúde.

Reis *et al.* (2013) identificaram duas questões-chave que dificultam a efetividade destes programas: a instabilidade/descontinuidade, por questões de vontade política e conflitos internos e/ou entre administrações públicas; e a natureza "subcontratual" dos programas, pela transferência de grande parte das responsabilidades constitucionais do governo para o setor não-governamental. A conclusão é que as iniciativas até agora propostas e executadas não foram amplamente sentidas pela população alvo e que o esporte participação não tem boa colocação na agenda governamental.

### **A Produção do Conhecimento sobre os ‘Programas’ de Lazer**

Os artigos selecionados que investigam ‘Programas’ de lazer, derivam de cinco revistas científicas indexadas no repositório digital *Scopus (Elsevier)*. Destas, quatro são periódicos nacionais predominantes das regiões Sul e Sudeste e uma publicação de nível internacional, realizada em periódico específico da área do lazer.

Quanto aos objetivos destas pesquisas, é possível identificar que diferenciam-se dos demais artigos encontrados, por investigar especificamente o ciclo político dos programas, tais como: análise de investimentos, desenvolvimento, atuação profissional,

a participação cidadã, os reflexos na sociedade, barreiras e oportunidades, continuidades e descontinuidades.

Referente aos aspectos metodológicos, sobressaem-se as abordagens qualitativas, apenas o artigo de Castro *et al.* (2018) assumiu o caráter quantitativo. Os principais instrumentos utilizados nestas investigações foram questionários, observações com diário de campo, entrevistas semi-estruturadas e pesquisas documentais. Quanto à análise dos dados, em sua maioria, os artigos utilizaram a Triangulação dos Dados e a Análise de Conteúdo, inspirados em Bardin e Triviños, enquanto o artigo de caráter quantitativo utilizou *softwares* específicos.

Percebe-se que os artigos tratam de políticas elaboradas majoritariamente no âmbito nacional, predominando análises do Programa “Esporte e Lazer da Cidade”, elaborado pelo Ministério do Esporte. Apenas dois artigos dedicaram-se a investigar programas municipais e nenhum abordou programas no âmbito estadual.

Verificou-se que um ponto em comum abordados nos artigos é a questão da frequente descontinuidade ou fragilização de vários programas por diversos motivos, dentre eles: a) o distanciamento entre o campo científico/acadêmico e político/burocrático (STAREPRAVO *et al.*, 2014, 2018; COSTA *et al.*, 2011); b) a precarização da formação acadêmica no âmbito do lazer dos agentes políticos e profissionais, em vantagem do capital político, (STAREPRAVO *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2014; ALMEIDA; SILVA, 2012; COSTA *et al.*, 2011), em contrapartida ao investimento em formação que gerou resultados positivos no programa (LOPES; ISAYAMA, 2014); c) a falta de investimento em infraestrutura e materiais adequados para qualificar os programas ou, em outros casos, a priorização orçamentária para a implantação de infraestrutura em detrimento do apoio às práticas (CASTRO *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2014; ALMEIDA, SILVA, 2012; COSTA *et al.*, 2011); d) as fragilidades



e dificuldades de ações intersetoriais científicas ou com grupos sociais ou entre gestores e agentes sociais, que poderiam tornar-se momentos de diálogo e formação para ambos (WARSCHAUER; CARVALHO, 2014; SILVA *et al.*, 2014; ALMEIDA; SILVA, 2012; COSTA *et al.*, 2011; LOPES; ISAYAMA, 2014); e) a precarização da mão de obra do profissional do lazer e do esporte, assim como dos agentes que atuam nos programas por meio do trabalho voluntário, interferindo no desenvolvimento e qualidade das práticas (FORELL; STIGGER, 2017), por outro lado, o investimento do Estado na política pública pode gerar aspectos motivacionais para sensibilização comunitária e participação (LOPES; ISAYAMA, 2014); f) falhas na compreensão da totalidade dos programas e pouco impacto das ações, não atendendo de maneira suficiente às demandas (FORELL; STIGGER, 2017; REIS *et al.*, 2013); g) a instrumentalização e limitação das experiências de lazer, ora subordinadas ao aprendizado de algum ofício, ora às práticas culturais hegemônicas, atravancando o acesso e fruição lúdica das manifestações culturais acumuladas historicamente (COSTA *et al.*, 2011; ALMEIDA; SILVA, 2012); h) a instabilidade dos programas pela possibilidade de rupturas decorrentes de mudanças na gestão política (política de Estado, programa de governo) ou do contingenciamento de verbas destinadas aos programas (REIS *et al.*, 2013; STAREPRAVO *et al.*, 2014).

A principal consequência dos fatores citados acima é a constituição de políticas públicas, em certa medida, desqualificadas ou inefetivas, ou seja, elaboradas em desacordo com as necessidades da população, dificultando a legitimação e consolidação dos programas e projetos sociais e, conseqüentemente, do campo das políticas públicas de lazer.

Assim, como observou Silva *et al.* (2014) e Starepravo *et al.* (2018), é necessário desenvolver a coletividade dos agentes e profissionais, promover debates e

estabelecer vínculos teóricos-práticos, isto é, os programas não podem se limitar a projetos aprovados em lei. É necessário romper as resistências dos agentes, principalmente dos atores políticos, para que assim as PPL possam ser desenvolvidas de acordo com as necessidades do campo e da população.

Por isso, ações como programas de formação continuada para agentes políticos e profissionais, estratégias de aproximação com a comunidade e diagnóstico de demandas, mostram-se como possíveis soluções para qualificação e perenidade dos programas.

Verifica-se a necessidade de desinstrumentalizar a compreensão do lazer na formação dos atores sociais envolvidos em todo ciclo político - desde a idealização até sua materialização -, para que desenvolvam PPL que proporcionem experiências de lazer com fins em si mesmas ou outros fins para além da produtividade, proporcionando à sociedade a fruição das diversas práticas culturais historicamente acumuladas, possibilitando a emancipação e o desenvolvimento humano nas suas diversas potencialidades, culminando no exercício da cidadania e transformação social.

### **Considerações Finais**

A partir da análise bibliométrica na base de dados multidisciplinar *Scopus* foram encontrados 24 documentos publicados em 6 periódicos diferentes, constatou-se que as principais pesquisas sobre as Políticas Públicas de Lazer, no âmbito das Ciências Sociais, são derivadas do subcampo da Educação Física, devido à histórica inter-relação do Lazer ao fenômeno do esporte, manifestação cultural característica da Educação Física.

Quanto às autorias, muitas pesquisas referendam e são desenvolvidas por autores chave que discutem as políticas públicas de lazer no Brasil, com predominância de

autoria de Starepravo (2011, 2013, 2014, 2018) e Amaral (2008, 2012, 2016), pesquisadores das regiões sul e sudeste do Brasil.

Cabe ressaltar que apenas um artigo foi publicado em revista científica especializada no campo do lazer - a *World Leisure Studies*. Destaca-se também que a busca não retornou nenhum artigo científico publicado em revistas nacionais específicas da área do lazer, pela ausência de indexação das mesmas no repositório digital *Scopus* (*Elsevier*).

A área de estudos sobre Políticas Públicas de Lazer mostra avanços nos últimos 10 anos, visto que foram encontradas publicações relacionadas à temas transversais ao lazer, como espaços públicos da cidade, gênero, inclusão e a própria produção do conhecimento. Contudo, o tema mais desenvolvido sobre PPL, com base nos critérios estabelecidos na metodologia deste artigo, está relacionado aos “Programas” de lazer, abordados, em sua maioria, de forma qualitativa e discutindo programas de âmbito nacional.

Constatou-se que os programas constituem uma forma de materialização das políticas públicas de lazer para a sociedade, entretanto, faltam parâmetros norteadores que garantam qualidade e eficiência, visto que há uma descontinuidade na maioria dos programas e pouca efetivação, quando comparado aos objetivos propostos nos projetos. Outras prioridades na agenda orçamentária, a inconstância na manutenção das políticas a cada mudança governamental, o distanciamento dos subcampos científico e político, são apontados pelos artigos como possíveis causas. Por outro lado, o investimento financeiro e a formação continuada para atores sociais, mostram-se como ações que contribuem para a superação destas questões.

As análises aqui desenvolvidas, apresentam algumas limitações, na medida em que tratam produções veiculadas por uma única base de dados interdisciplinar específica

e, portanto, tem alcance referente a um conjunto também particular de dados. A seleção de artigos revisados por pares também exclui da análise produções possivelmente relevantes publicadas em periódicos que não utilizam este procedimento, retirando também a possibilidade de análise de outras narrativas comumente associadas à informações referentes às políticas públicas. Outra limitação identificada tem relação com a gramática aplicada ao conceito ‘política’ em inglês<sup>13</sup>, é possível que a escolha do termo ‘*policy*’ tenha excluído artigos que tratam de políticas públicas de lazer, mas que utilizaram outros termos correlatos, como ‘*polity*’ ou ‘*politic*’. Também não foram incluídos textos sobre políticas públicas de lazer veiculados por instituições em contexto internacional.

Tendo em vista estas questões, investigações ulteriores podem ampliar as análises em torno deste tema pela consulta a outras fontes de dados igualmente importantes, por exemplo, olhando para a produção internacional relativa às políticas públicas de lazer, podendo estabelecer inclusive estudos comparativos. Ainda assim, referenda-se que estudos desta natureza são importantes para identificar as tendências em relação à produção do conhecimento e desenvolvimento de PPL.

Por fim, ressalta-se a importância da compreensão ampliada do fenômeno do lazer, constando não apenas nos objetivos teóricos das políticas e programas, mas também em todo ciclo político, para ser refletidos nas ações concretas, garantindo a continuidade e consolidação das políticas públicas de lazer. Tais ações, enquanto estratégias de apoio do Estado para a sociedade, têm como uma de suas funções a concretização dos direitos instituídos constitucionalmente, dentre eles, o direito ao lazer.

---

<sup>13</sup> Amaral e Pereira (2009) discutem que na língua inglesa são utilizadas três palavras para diferenciar as dimensões da esfera política. São elas: *polity*, que refere-se à esfera política no sentido amplo; *politics*, que compete à atividade política; e *policy*, que diz respeito às “ações públicas implementadas”.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. T. de; SILVA, D. A. M. da. O planejamento do “Recreio nas Férias” na cidade Paulista de Americana. **Motriz**, Rio Claro, v.18 n.2, p.401-413, abr./jun. 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-65742012000200020&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-65742012000200020&script=sci_arttext). Acesso em 01 abr. 2020.

ALVES, C. *et al.* Lazer, políticas públicas não governamentais e estudos conceituais, na revista *Licere*. **Journal of Physical Education**, v. 23, n. 2, p. 239-249, 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-30832012000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-30832012000200008). Acesso em 01 abr. 2020.

AMARAL, S. C. F. Public Leisure Policies in Porto Alegre, Brazil: From Representative Democracy to Participative Democracy. **World Leisure Journal**, v. 50, n. 2, p. 127-137, 2008. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/04419057.2008.9674541?journalCode=rwle20>. Acesso em 01 abr. 2020.

AMARAL, S. C. F. Panorama da pesquisa em políticas públicas de lazer no Brasil. SESC. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação: Perspectivas contemporâneas sobre Ócio, Lazer e Tempo Livre**, ago. 2018. Disponível em <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/f7e1a036/6476/4dca/b48b/d5765602ed46.pdf>. Acesso em 01 abr. 2020.

AMARAL, S. C. F.; COSTA, E. T. Possibilidades de matricialidade na administração pública do lazer. **Movimento**, v. 18, n. 1, p.205-220. 2012. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/19220/17347>. Acesso em 01 abr. 2020.

AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 31, n. 1, p. 41-56, 2009.

ARAÚJO, L; RODRIGUES, M. de L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia: problemas e práticas**, n.83, p. 11-35, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n83/n83a01.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. **Manual de Diretrizes: Recreio nas Férias** Brasília, Secretaria Nacional de Esporte Educacional, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF, 2006.

BRUHNS, H. T. **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Unicamp, 1997.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Supira**. Brasília, DF: CAPES, 2016. Disponível em

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/ListaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em 01 dez. 2021.

CARAVAGE, A; OLIVER, F. C. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), v. 24, n. 3, p. 987-1000, 2018. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/73957/50409>. Acesso em 01 abr. 2020.

CASTRO, S. B. E. de; STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, D. L. de. Programa “Esporte E Lazer Da Cidade”: uma análise da composição orçamentária (2004-2011). **Movimento**, v. 24, n. 2, p. 383-398, 2018. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/64954/48561>. Acesso em 01 abr. 2020.

COSTA, J. M. da; MASCARENHAS, F.; WIGGERS, I. D. O lazer eclipsado: registros sobre o programa “Escola Aberta”. **Motriz: Revista de Educação Física**, v.17, n.4, p.569-587, 2011. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1980-65742011000400001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742011000400001). Acesso em 01 abr. 2020.

DIAS, C.; NASCIMENTO, O. A. dos S.; BUBA, M. D.; FILHO, A. L. Estudos do lazer no brasil em princípios do século xxi: panorama e perspectivas. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 2., p. 601-616, abr./jun. de 2017. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/66121/42073>. Acesso em 01 abr. 2020.

FLEURY, S. **Políticas sociais e democratização do poder local**. Propostas para uma gestão pública municipal efetiva, v. 2, p. 91-115, 2003. Disponível em [http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/pp/peep/cap\\_liv/pol%C3%ADticas\\_sociais.pdf](http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/pp/peep/cap_liv/pol%C3%ADticas_sociais.pdf). Acesso em 01 abr. 2020.

FORELL, L.; STIGGER, M. P. Trabalho voluntário em políticas públicas sociais de esporte e lazer: uma análise a partir de casos do Programa Escola Aberta. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte** [online], v.39, n.1, p.24-30. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v39n1/0101-3289-rbce-39-01-0024.pdf>. Acesso em 01 abr. 2020.

JENAL, S. *et al.* O processo de revisão por pares: uma revisão integrativa de literatura. **Acta paulista de enfermagem**, v. 25, p. 802-808, 2012.

LOPES, C. G.; ISAYAMA, H. F. Intervenção do profissional de educação física, gestão intersetorial e territorialidade: o caso do programa BH cidadania. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, p. 895-915, mar. 2014. ISSN 1982-8918. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/41034/31581>. Acesso em: 01 abr. 2020.

MARCELLINO, N. C. *et al.* **Políticas públicas de lazer: formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba-SP**. Curitiba, PR: OPUS, 2007. Disponível em <http://vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/576/politicasPublicas.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 01 abr. 2020.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude**, Goiânia: Ed. UFG, 2003.

PPGIEL. Programa de pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer. Disponível em:

[http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/pos\\_graduacao/estudos\\_do\\_lazer\\_mestrado\\_\\_doutorado/](http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/pos_graduacao/estudos_do_lazer_mestrado__doutorado/). Acesso em 01 abr.2020.

QUEIROZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Ibpe, 2009.

RECHIA, S. **Movimento é Vida. Background Papers**: atividade físicas e esportivas e as cidades. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil. PNUD. 2017. Disponível em: <http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/Atividades-F%C3%ADsicas-e-Esportivas-e-Cidades.pdf>. Acesso em 01 abr. 2020.

RECHIA, S. *et al.* O Lugar do Lazer nas Políticas Públicas: um olhar sobre alguns cenários. **Licere**, v. 18, n. 1, p. 225-246, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1082/803>. Acesso em 01 abr. 2020.

REIS, A. C. *et al.* Public policies and sports in marginalised communities: The case of Cidade de Deus, Rio de Janeiro, Brazil. **World leisure journal**, v. 55, n. 3, p. 229-251, 2013. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/04419057.2013.820504>. Acesso em 01 abr. 2020.

RIBEIRO, C. H. V.; *et al.* Sociologia Pública e as Praias Cariocas: A Praia é de Todos? **Movimento**, v. 20, 2014, p.139-151. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/48165/32820>. Acesso em 01 abr. 2020.

RIBEIRO, O. C. F.; AMARAL, S. C. F. Entre o lazer esportivo participativo e ambiental e o lazer turístico – as políticas públicas de lazer em Brotas/SP. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, 63-74, jan./mar. de 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/52291/36518>. Acesso em 01 abr. 2020.

ROJO, J. R. *et al.* Resenha: Políticas Públicas e Esporte. **Pensar a Prática**, v. 19, n.1, 256-259. Abr. 2016. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/38639/pdf>. Acesso em 01 abr. 2020.

ROJO, J. *et al.* A Produção do Conhecimento sobre Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Brasil: uma análise dos pesquisadores e instituições. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v.8, jan. 2019. Disponível em: <http://www.podiumreview.org.br/ojs/index.php/rgesporte/article/view/303/pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SILVA, D. S. *et al.* Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória-ES. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 3, p. 640-647, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v36n3/0101-3289-rbce-36-03-0640.pdf>. Acesso em 01 abr. 2020.

SILVA, E. A. P. C. *et al.* Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.38, n.3, p. 251-258,

2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v38n3/0101-3289-rbce-38-03-0251.pdf>. Acesso em 01 abr. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, Dec. 2006. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em 02 abr. 2020.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 2011. Tese (Doutorado) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2011.

STAREPRAVO, F. A. *et al.* Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), v. 17, n. 3, p. 233-251, 2011. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18420/14381>. Acesso em 01 abr. 2020.

STAREPRAVO, F. A. *et al.* Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, n. 3, p. 785-798, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v35n3/18.pdf>. Acesso em 01 abr. 2020.

STAREPRAVO, F. A. *et al.* E assim criou-se a rede: aspectos técnicos, políticos e epistemológicos envolvidos na criação e desenvolvimento da Rede Cedes. **Movimento**, v. 20, n. 1, p.33-58, 2014. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/29837/28342>. Acesso em 01 abr. 2020.

STAREPRAVO, F. A. *et al.* Programa “esporte e lazer da cidade”: Onde o político/burocrático e o científico/ acadêmico se encontram?”. **Movimento**, v. 24, n.1, p.23-34. 2018. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/63125/47791>. Acesso em 01 abr. 2020.

STOPPA, E. A. *et al.* Políticas públicas de lazer e a metodologia da ação comunitária. **Motriz: Revista de Educação Física (Online)**, v. 17, n. 3, p. 556-566, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v17n3/18.pdf>. Acesso em 01 abr. 2020.

TAVARES, G. H; SCHWARTZ, G. M. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e em Portugal: a gestão do conhecimento em foco. **Journal of Physical Education**, v. 25, n. 4, p. 555-565, 2014. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-30832014000400555](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-30832014000400555). Acesso em 01 abr. 2020.

TSCHOKE, A. *et al.* As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. **Movimento**, v. 17, n. 1, p. 117-135, 2011.

WARSCHAUER, M.; CARVALHO, Y. M. de. O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. **Saúde e Sociedade**, v. 23, p. 191-203, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n1/0104-1290-sausoc-23-01-00191.pdf>. Acesso em 01 abr. 2020.



WERLE, V. Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. **Motriz. Revista de Educação Física**. UNESP, v. 16, n. 1, p. 135-142, 2010. Disponível em <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1980-6574.2010v16n1p135/2804>. Acesso em 01 abr. 2020.

WERLE, V; SARAIVA, M. C. As relações de gênero na Fundação Municipal de Esporte de Florianópolis: políticas genéricas, atendimento generificado. **Movimento**, v. 19, n. 3, p.57-78, 2013. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/31754/26017>. Acesso em 01 abr. 2020.

**Endereço dos/as Autores/as:**

Bruno David Rodrigues Neca  
Endereço Eletrônico: [brunorodriguesufpr@gmail.com](mailto:brunorodriguesufpr@gmail.com)

Daniella Tschöke Santana  
Endereço Eletrônico: [daniella.tschoke@gmail.com](mailto:daniella.tschoke@gmail.com)

Simone Rechia  
Endereço Eletrônico: [simonerechia@hotmail.com](mailto:simonerechia@hotmail.com)